



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

OFÍCIO n. 712/ASMOP/SAD/2014

Campo Grande-MS, 11 de março de 2014.

Senhora Secretária:

Encaminhamos a Vossa Excelência, em anexo, cópias dos Convênios e Termos Aditivos SAD/MS, celebrado entre o Estado de Mato Grosso do Sul e as Entidades abaixo listadas, para conhecimento e providências:

- Termo Aditivo n. 6/2014 ao Convênio SAD/MS n. 12/2012 – Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social no Estado de Mato Grosso do Sul – SINTSS-MS;
- Termo Aditivo n. 7/2014 ao Convênio SAD/MS n. 13/2012 – Sindicato dos Trabalhadores do DERSUL/AGESUL – SINDEER-MS;
- Termo Aditivo n. 11/2014 ao Convênio SAD/MS n. 18/2010 – Sindicato dos Agentes Tributários Estaduais de Mato Grosso do Sul - SINDATE;
- Termo Aditivo n. 12/2014 ao Convênio SAD/MS n. 1/2014 – Sindicato dos Trabalhadores em Instituições de Extensão Rural, Pesquisa, Assistência Técnica, Serviços Agropecuários e Afins do Estado de Mato Grosso do Sul - SINTERPA;
- Convênio SAD/MS n. 6/2014 – Banco do Brasil S/A;
- Convênio SAD/MS n. 7/2014 – MBM Previdência Privada;
- Convênio SAD/MS n. 8/2014 – Fundo de Assistência Social dos Bombeiros Militares do Estado de Mato Grosso do Sul – FASBOM-MS;
- Convênio SAD/MS n. 9/2014 – Associação dos Peritos Oficiais de Estado de Mato Grosso do Sul – APO-MS.

Atenciosamente,

**Thie Higuchi Viegas dos Santos**  
Secretaria de Estado de Administração

À Exma. Sra. Evelyse Ferreira Cruz Oyadomari  
Secretaria de Estado de Gestão de Recursos Humanos.  
Campo Grande – MS.

Secretaria de Estado de Administração  
Origem: ASMOP/SAD  
Documento n.: 13/055163/2014  
Data: 11/3/2014



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PODER EXECUTIVO – SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

CONVÊNIO SAD/MS N.º 712014

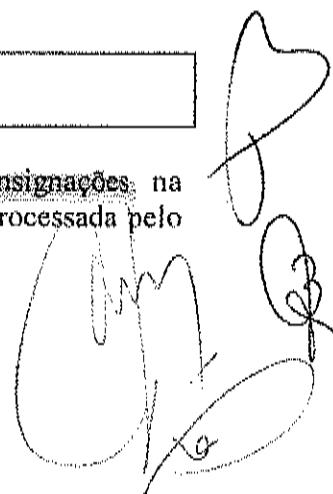
Convênio que entre si celebram, o Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Secretaria de Estado de Administração e a MBM Previdência Privada, com a finalidade de estabelecer as condições para a averbação de consignações na folha de pagamento dos servidores públicos.

DAS PARTES

O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno com sede no Bloco VIII do Parque dos Poderes, nesta capital, inscrito no CNPJ n. 15.412.257/0001-28, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, doravante denominada CONCEDENTE, neste ato representada por sua Secretária THIE HIGUCHI VIEGAS DOS SANTOS, brasileira, casada, professora, portadora do RG n. 001.819.400 SSP/MS, CPF n. 013.567.559-68, residente e domiciliada na Rua Luciana n. 170, Bairro Giocondo Orsi, Campo Grande – MS e a MBM PREVIDÊNCIA PRIVADA, sociedade civil, sem fins lucrativos, entidade aberta de previdência privada, com sede à Rua dos Andradadas, n. 772, Centro, em Porto Alegre – RS, inscrita no CNPJ sob n. 92.892.256/0001-79, doravante denominada CONVENENTE, neste ato representada por seu Diretor-Presidente Sr. GUACIR DE LLANO BUENO, brasileiro, divorciado, bacharel em administração, portador do RG n. 6016644111 SSP/RS e devidamente inscrito sob o CPF n. 191.714.550-00, residente e domiciliado na Rua Edgar Pires de Castro, n. 2603, casa 39, Porto Alegre - RS, e por seu Diretor-Administrativo Sr. PAULO BENHUR DE OLIVEIRA COSTA, brasileiro, casado, bacharel em direito, portador do RG n. 1016935411 SSP/RS e devidamente inscrito sob o CPF n. 369.900.780-49, residente e domiciliado na Rua Itapicotai, n.1310, Porto Alegre – RS, celebram o presente convênio sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto

1.1 Credenciar a CONVENENTE para permitir a averbação de consignações na remuneração de servidores públicos do Estado de Mato Grosso do Sul, processada pelo





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PODER EXECUTIVO – SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

sistema de folha de pagamento do Estado, da Secretaria de Estado de Gestão de Recursos Humanos de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de realizar planos previsionais privados, de pecúlio e de rendas.

**CLÁUSULA SEGUNDA – Da fundamentação legal**

2.1 As cláusulas e condições deste Convênio se submetem às disposições do Decreto n.12.796 de 3 de agosto de 2009, Decreto n. 11.261 de 16 de junho de 2003 e demais atos referentes ao assunto, dos quais a CONVENENTE tem conhecimento.

2.2 A autorização para lavratura do presente instrumento consta do despacho da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado de Administração no Processo n. 13/000.1414/2013.

**CLÁUSULA TERCEIRA – Da execução**

3.1 As solicitações de consignações em folha de pagamento serão apresentadas pela CONVENENTE, através do Sistema eletrônico, via internet, de reserva de margem por esta e pelo servidor consignante.

3.2 A averbação da consignação somente ocorrerá se houver margem consignável na remuneração bruta do servidor consignante, conforme estabelecida na legislação estadual e após avaliação do setor competente da CONCEDENTE.

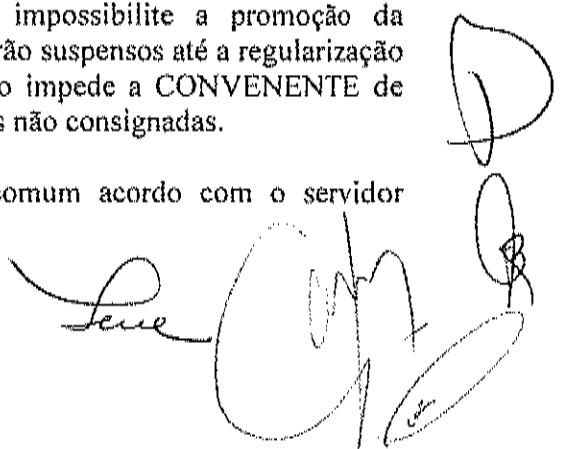
3.3 A alteração, para maior, do valor consignado dependerá da manifestação pessoal do servidor consignante, através de formulário próprio, e da reanálise da margem consignável pela CONCEDENTE.

3.4 A inexistência de margem para a promoção da consignação impedirá à CONCEDENTE de lançar o desconto a favor da CONVENENTE e importará na devolução do formulário firmado pelo servidor consignante.

3.5 Terão precedência sobre as consignações apresentadas pela CONVENENTE os descontos por determinação judicial, as penalidades aplicadas pela Administração Pública e as obrigações previdenciárias e sociais.

3.6 Ocorrendo redução da margem consignável, que impossibilite a promoção da consignação a favor da CONVENENTE, os descontos ficarão suspensos até a regularização da situação financeira do servidor consignante, o que não impede a CONVENENTE de utilizar-se de outras formas para o recebimento das parcelas não consignadas.

3.7 Na hipótese do item 3.6, a CONVENENTE, de comum acordo com o servidor





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PODER EXECUTIVO – SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

consignante, poderá promover a redução do desconto, em compatibilidade com a nova margem consignável, e reapresentar o pedido de averbação da consignação à CONCEDENTE.

3.8 As consignações creditadas indevidamente à CONVENENTE serão resarcidas ao Tesouro do Estado, mediante desconto compulsório no repasse a ser creditado à entidade consignatária no mês imediatamente seguinte à sua constatação.

3.9 O cancelamento das consignações, exceto pela decorrência do período pactuado para o desconto, poderá ser efetuado por interesse da Administração Pública, por solicitação da CONVENENTE, através de formulário próprio, e/ou pelo servidor consignante.

**CLÁUSULA QUARTA – Das obrigações da CONCEDENTE**

4.1 Processar os lançamentos das consignações em folha de pagamento, após análise e aprovação, segundo as exigências das normas legais que regem as condições constantes deste convênio.

4.2 Comunicar a CONVENENTE os impedimentos para processamento de consignações solicitadas, mediante devolução do formulário firmado pelo servidor consignante, ou por meio eletrônico.

4.3 Repassar, através de crédito em conta bancária, os valores consignados à CONVENENTE, até o último dia útil do mês seguinte ao da folha em que forem retidas.

4.4 Promover, a título de indenização das despesas administrativas com o processamento eletrônico das consignações em folha de pagamento, a ~~retenção da parcela de 5%~~ (cinco por cento) do valor mensal das consignações em folha de pagamentos efetuadas a favor da CONVENENTE.

4.5 Comunicar à CONVENENTE, mensalmente, os desligamentos dos servidores do Estado, seja qual for o motivo.

**CLÁUSULA QUINTA – Das obrigações da CONVENENTE**

5.1 Manter atualizada as informações cadastrais referentes à sua situação jurídica, localização, conta bancária e representante legal para firmar documentos em seu nome.

5.2 Reapresentar, trinta dias antes do término deste Convênio, toda a documentação apresentada para seu credenciamento.

5.3 Comunicar as suspensões ou cancelamentos de consignação requeridos pelos servidores consignantes.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PODER EXECUTIVO – SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

5.4 Observar a periodicidade fixada pela CONCEDENTE para entrada e processamento dos pedidos de consignação.

5.5 Ressarcir ao Tesouro do Estado, os valores que lhe tenham sido creditados indevidamente.

5.6 Responsabilizar-se pelas informações funcionais prestadas pelos servidores para os quais solicitar que sejam promovidas averbações de consignação.

5.7 Manter, à disposição da CONCEDENTE e dos seus servidores públicos, uma central de atendimento, com pessoal qualificado, capaz de dirimir as dúvidas e atender as necessidades urgentes surgidas, inclusive, com telefone de atendimento.

5.8 Manter sede, representação, escritório ou sucursal em Mato Grosso do Sul, para dar melhor atendimento aos servidores.

**CLÁUSULA SEXTA – Das responsabilidades**

6.1 A CONVENENTE é responsável por ressarcimento ou indenizações, no caso de descontos indevidos ou benefícios não concedidos, pleiteados administrativa ou judicialmente por seus consignantes.

6.2 A CONCEDENTE não se responsabilizará por valores tomados por seus servidores e não descontados em folha por ausência de margem consignável ou desligamento do servidor consignante dos seus quadros de pessoal.

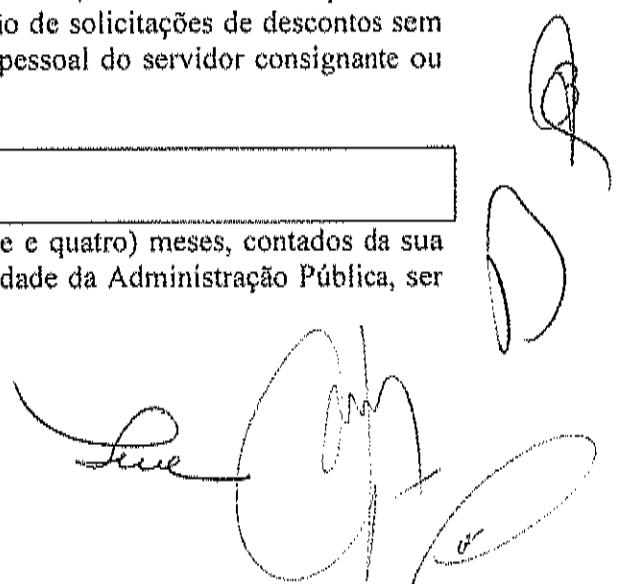
**CLAÚSULA SÉTIMA – Da rescisão**

7.1 Este Convênio poderá ser rescindido, amigavelmente, por interesse da Administração Pública, ou por interesse da CONVENENTE expresso por meio de solicitação formal encaminhado à CONCEDENTE, com antecedência de 90 (noventa) dias.

7.2 A CONCEDENTE promoverá a rescisão deste Convênio, admitida a defesa prévia da CONVENENTE, na ocorrência de dolo, na apresentação de solicitações de descontos sem observância da legislação vigente e sem manifestação pessoal do servidor consignante ou em desacordo com as condições constantes deste termo.

**CLÁUSULA OITAVA – Da vigência**

8.1 Este convênio terá vigência pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados da sua assinatura, podendo a juízo de conveniência e oportunidade da Administração Pública, ser prorrogado por iguais períodos.





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PODER EXECUTIVO – SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

8.2 A CONVENENTE, no prazo da cláusula 5.2, deste Convênio, manifestará por escrito seu interesse ou não na prorrogação.

**CLÁUSULA NONA – Do foro**

9.1 As partes elegem o foro da Comarca de Campo Grande – MS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas da execução do presente Convênio.

E por estarem às partes justas e conveniadas, firmam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de testemunhas abaixo assinadas.

Campo Grande – MS, 27 de fevereiro

2.014.

THIE HIGUCHI VIEGAS DOS SANTOS  
Secretaria de Estado de Administração

GUACIR DE LLANO BUENO  
Diretor-Presidente da MBM Previdência Privada.

PAULO BENHUR DE OLIVEIRA COSTA  
Diretor-Administrativo da MBM Previdência Privada.

TESTEMUNHAS:

FLÁVIO HUMBERTO BERNARDINIS

AUGUSTO CÉSAR KALACHE VARGAS

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA REFERENTE A DEZEMBRO/2013  
DE ACORDO COM O ART. 1º § 1º DO DECRETO N.º 12.801, DE 28 DE JANEIRO DE 2010.

DISCRIMINAÇÃO	JAN/13	FEV/13	MAR/13	ABR/13	MAI/13	JUN/13
<b>RECEITAS CORRENTES ( I )</b>	<b>1.006.086.010,83</b>	<b>823.829.766,70</b>	<b>806.803.930,63</b>	<b>807.756.125,03</b>	<b>830.028.103,33</b>	<b>819.899.061,43</b>
Renda Tributária	593.054.652,34	544.513.624,49	562.556.101,39	551.161.463,17	552.276.123,77	576.012.577,10
ICMS	499.197.818,09	486.432.003,62	482.997.020,11	480.872.388,00	486.649.494,09	510.029.682,31
IPVA	144.943.101,24	10.458.015,50	27.005.306,48	14.711.152,04	8.370.271,39	7.566.819,95
ITCD	5.044.428,31	4.120.502,49	4.711.858,73	4.793.021,37	7.500.665,16	5.624.493,99
IIRF	31.732.354,24	29.955.814,62	25.841.871,64	31.660.798,97	35.459.355,80	36.315,11,81
Outras Receitas Tributárias	13.125.964,26	11.223.927,22	12.877.127,70	14.772.091,35	14.107.448,03	15.051.759,02
Receita de Contribuições	10.429.033,44	23.494.489,17	22.344.124,35	21.917.028,43	28.429.433,08	25.259.734,67
Receita Patrimonial	9.023.925,33	4.104.521,19	8.216.173,55	5.261.099,12	5.430.723,04	6.176.616,59
Receita Serviços	22.123.546,97	27.142.172,80	25.547.942,08	30.511.841,19	32.426.505,47	33.379.740,65
Transferências Correntes	256.316.715,07	216.002.197,40	179.836.140,43	166.416.428,23	204.245.088,37	201.073.543,29
Cota-Parte do PFC	77.353.613,97	103.940.029,03	56.002.430,04	64.230.412,22	92.346.993,41	77.004.393,52
Transferências da LC. 87/1996				6.010.815,75	1.304.719,65	1.304.719,69
Transferências da LC. 61/1947	6.214.123,41	4.043.124,91	4.224.901,31	3.634.430,21	5.277.138,65	5.495.300,94
Transferências do FUNDEF/UNDES	66.759.426,41	77.631.146,47	57.244.146,68	62.131.159,63	64.479.116,37	61.320.144,34
Outras Transferências Correntes	199.781.189,24	39.810.105,01	57.344.855,79	30.107.354,30	40.052.109,54	56.340.385,47
Outras Receitas Correntes	10.988.442,60	7.743.159,04	8.002.937,69	10.565.769,37	10.016.797,95	11.473.295,82
<b>DEDUÇÕES ( II )</b>	<b>329.558.604,64</b>	<b>250.602.008,34</b>	<b>352.005.794,78</b>	<b>352.269.638,18</b>	<b>285.762.863,00</b>	<b>406.814.594,24</b>
Transferências Constitucionais e Legais	205.981.605,24	129.622.044,42	142.645.171,02	137.212.345,95	133.688.386,01	134.282.830,14
Contri. Plano Seg. Social Servidor	14.407.407,57	23.964.936,72	20.000.305,50	24.159.227,02	21.391.123,64	22.206.434,22
Contri. p/ Custos Pessoais Militares						
Compensação Financeira entre Regimes Previd.		604.741,70	421.777,52	427,81	865.346,63	602.474,71
Dedução de Receita para Formação do FONDEF	157.169.765,83	96.009.267,30	95.517.726,69	93.916.427,71	93.651.744,12	95.842.584,32
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ( I + II )</b>	<b>679.309.413,19</b>	<b>573.227.297,95</b>	<b>549.296.226,74</b>	<b>552.166.497,30</b>	<b>574.348.888,17</b>	<b>697.724.917,29</b>

DISCRIMINAÇÃO	JUL/13	AUG/13	SET/13	OCT/13	NOV/13	DEZ/13	SOMA
<b>RECEITAS CORRENTES ( I )</b>	<b>846.023.852,15</b>	<b>859.870.822,00</b>	<b>859.186.804,20</b>	<b>892.889.250,76</b>	<b>894.106.421,61</b>	<b>974.431.957,21</b>	<b>10.468.243.446,05</b>
Renda Tributária	590.044.444,63	547.151.701,03	607.228.978,17	610.845.769,22	810.850.429,95	646.261.573,05	7.153.026.102,14
ICMS	520.526.500,95	524.346.385,91	544.512.664,61	543.364.744,72	542.761.334,01	549.144.665,43	6.180.683.474,41
IPVA	7.831.029,84	5.042.759,07	2.156.947,20	4.461.120,25	3.780.428,22	16.250.714,11	176.118.115,72
ITCD	4.174.129,01	7.880.675,55	4.789.925,36	13.488.937,36	7.486.359,65	12.471.167,64	93.306.936,99
IIRF	32.549.603,25	33.663.130,05	31.215.126,61	71.344.674,66	49.319.439,13	84.579.196,19	477.976.636,70
Outras Receitas Tributárias	14.648.771,67	13.758.000,85	10.451.710,40	12.856.600,35	20.092.936,72	20.655.626,00	134.225.676,71
Receita de Contribuições	32.564.224,90	77.651.131,76	28.754.635,15	27.855.245,37	27.681.753,35	43.105.521,27	306.365.540,66
Receita Patrimonial	12.254.130,03	7.021.371,71	4.263.128,62	12.049.304,11	6.534.999,11	10.479.467,15	96.716.879,93
Arrend. Serviços	40.848.848,19	20.079.971,95	28.773.608,73	40.201.171,56	16.875.029,72	41.592.892,74	174.004.331,65
Transferências Correntes	169.279.810,95	192.416.701,77	171.796.939,00	191.160.392,40	202.621.342,43	198.191.106,64	1.191.135.079,44
Cota-Parte do PFC	54.836.032,02	71.698.415,75	59.339.846,10	69.368.768,14	72.581.749,45	85.178.997,01	357.514.611,79
Transferências da LC. 87/1996	1.504.729,09	1.304.729,09	1.104.729,09	1.104.729,09	1.104.729,09	1.104.729,09	10.036.734,72
Transferências da LC. 61/1947	1.413.995,10	3.793.008,92	1.262.400,34	5.635.123,00	8.248.597,31	6.675.492,01	65.172.171,02
Transferências do FUNDEF/UNDES	61.847.504,35	65.036.091,64	65.124.004,24	66.312.755,69	68.469.488,18	78.391.964,21	203.429.970,30
Outras Transferências Correntes	45.590.659,32	42.893.053,85	42.747.072,04	50.311.050,49	42.859.958,01	43.111.167,77	326.889.656,92
Outras Receitas Correntes	10.951.004,43	10.386.749,14	9.174.112,75	10.111.172,12	16.866.765,70	102.020.775,50	219.481.820,03
<b>DEDUÇÕES ( II )</b>	<b>140.643.380,62</b>	<b>285.384.768,93</b>	<b>270.452.348,76</b>	<b>279.130.173,06</b>	<b>218.201.222,98</b>	<b>9.280.259.836,81</b>	
Transferências Constitucionais e Legais	142.692.629,23	143.000.637,17	145.224.460,72	145.894.429,69	147.160.191,40	163.030.282,74	1.785.821.964,09
Contri. Plano Seg. Social Servidor	22.429.600,50	22.610.560,64	26.670.970,34	27.418.610,71	28.819.926,02	43.947.733,21	107.484.625,60
Contri. p/ Custos Pessoais Militares							
Compensação Financeira entre Regimes Previd.	495.510,73	269.499,01	548.466,07	442.893,14	587.782,13	1.018.495,76	6.115.777,49
Dedução de Receita para Formação do FUNDEF	94.197.192,24	95.554.178,28	97.156.146,32	102.760.147,64	111.187.360,59	1.172.391.054,22	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ( I + II )</b>	<b>596.802.201,31</b>	<b>595.482.134,62</b>	<b>584.141.866,22</b>	<b>620.412.002,00</b>	<b>614.932.249,37</b>	<b>686.320.734,34</b>	<b>7.174.094.816,84</b>

## SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

POSSIBILIDADES, observadas as normas e procedimentos abaixo:

### 1. Da Inspeção Médica

1.1 - Os locais, data e horário:

Local: Fundação Serviços de Saúde do Estado de Mato Grosso do Sul – FUNSAU – Rua: Franklin Roosevelt, 68 – Jardim Aclimação.

Data: Conforme especificações constantes no Anexo Único a este Edital.

Horário: Conforme especificações constantes no anexo único a este Edital.

1.2 - A Inspeção Médica será realizada pela Junta Médica Pré-Admissional da Fundação Serviços de Saúde do Estado de Mato Grosso do Sul.

1.3 - Os candidatos, munidos da Carteira de Identidade e usando trajes de banho, maião de duas peças para as mulheres e sunga para homens, deverão apresentar-se com os originais dos seguintes exames:

- 1) Raio-X de COLUNA LOMBO-SACRA, com laudo;
  - 2) Raio-X de Coluna Cervical, com laudo;
  - 3) Avaliação oftalmológica de acuidade visual (com laudo de especialista);
  - 4) Hemograma completo;
  - 5) Glicemia (jejum);
  - 6) Tipagem Sanguínea;
  - 7) TGO E TGP;
  - 8) Machado Guerreiro;
  - 9) Ultrassom de ombro e punho bilateral, com laudo;
  - 10) Avaliação de saúde mental emitida por Psiquiatra;
  - 11) VDRL (sorologia para Lues);
  - 12) Esquema Vacinal Completo;
  - 13) Creatinina;
  - 14) Colesterol total e frações;
  - 15) Triglicerídeos;
  - 16) Exame toxicológico para dosagem de cannabinoides (maconha) e de benzol-ilegionina (cocaina);
  - 17) Eletrocardiograma com laudo (para candidatos com idade igual ou superior a 45 anos).
- 1.4 - Não serão aceitos exames realizados há mais de 30 (trinta) dias e se houver necessidade, novos exames serão requisitados no ato da inspeção médica.

### Extrato do Termo Administrativo de Permissão de Uso de Bem Imóvel

Processo n. 13/00091/2014.

Processo n. 13/001414/2013.

Governo do Estado de Mato Grosso do Sul por meio da Secretaria de Estado de Administração e a MBM Previdência Privada.

Objeto: Averbac consignações na remuneração dos Servidores públicos do Estado de Mato Grosso do Sul.

Prazo: 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de sua assinatura do presente termo.

Data da Assinatura: 26/7/2014.

Assinantes: Thie Higuchi Viegas dos Santos, Quacir De Llano Bueno e Paulo Benhur de Oliveira Costa.

### Extrato de Termo Administrativo de Permissão de Uso de Bem Imóvel

Processo n. 13/00091/2014.

Partes: Estado de Mato Grosso do Sul e a Associação dos Colaboradores do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul – ASC/HRMS.

Objeto: Permissão de Uso de OI (um) sala nas dependências do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul - Rosa Pedrossian, pela Associação dos Colaboradores do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul - ASC/HRMS.

Amparo Legal: Lei Estadual n. 273, de 19 de outubro de 1981, e Lei Federal n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883, de 8 de junho de 1994.

Vigência: Prazo indeterminado.

Foro: Comarca de Campo Grande – MS.

Data da assinatura: 26 de fevereiro de 2014.

Assinaturas: Thie Higuchi Viegas dos Santos e Joarez Barroso Pires.

### EDITAL N. 3/2014 - SAD/AGEHAB

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS - SAD/AGEHAB/2013, PARA INGRESSO NO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DA AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE MATO GROSSO DO SUL/AGEHAB

A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, torna pública a convocação dos candidatos relacionados no Anexo Único a este Edital, nomeados através dos Decretos nº. 663 de 20 de fevereiro de 2014, publicado no Diário Oficial n. B.624, de 25 de fevereiro de 2014, para INSPEÇÃO MÉDICA E

MSA AGEPREV \* \* \* \* ConsistHR \* \* \* \* Estab.: 0001 Ref.: 03/2

ConsignaRH - Modulo de Calculo de Consignacoes  
CONSULTA DE VERBAS

Codigo: 10432 Nome Abreviado: MBM-PREV.COMPLEM.  
Nome Extenso...: MBM - PREVIDENCIA PRIVADA

Sobrepoem (S/N): S Aceita Valor (S/N): S Aceita Ref (S/N)  
Servico: PREVIDENCIA COMPLEMENTAR Cod.Prioridade: 30  
Tipo de Margem: NAO OBRIGATORIA  
FACULTATIVA  
Perc. Retencao: 5,00000 Class.SIAFEM: 004  
Posicoes DIRF: RAIS: Situacao.: A

Comando: CS143  
Enter PF1---PF2---PF3---PF4---PF5---PF6---PF7---PF8---PF9---PF10---PF11---PF12  
Help Help Retor VOLTA AVANC

MSA AGEPREV

\*\*\*\*

ConsistHR

\*\*\*\*

Estab.: 0001 Ref.: 03/2

ConsignarH - Modulo de Calculo de Consignacoes  
CONSULTA DE VERBAS

Codigo: 10434

Nome Abreviado: MBM-EMPREST

Nome Extenso...: MBM-EMPRESTIMO

Sobrepoem (S/N): N Aceita Valor (S/N): S Aceita Ref (S/N)

Servico: EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTO Cod.Prioridade: 50

Tipo de Margem: NAO OBRIGATORIA

FACULTATIVA

Perc. Retencao: 2,00000 Class.SIAFEM: 004

Posicoes DIRF: RAIS:

Situacao.: A

Comando:

CS143

Enter-PF1---PF2---PF3---PF4---PF5---PF6---PF7---PF8---PF9---PF10---PF11---PF12

Help Help Retor

VOLTA AVANC

Obs: Alterar o percentual Retencao - 5%

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida referente a DEZEMBRO/2013  
de acordo com o art. 1º do Decreto n.º 12.041, de 05 de Maio de 2010.

DISCRIMINAÇÃO	JAN/13	FEV/13	MAR/13	ABR/13	MAY/13	JUN/13
<b>RECEITAS CORRENTES ( I )</b>	<b>1.004.860.116,93</b>	<b>833.020.766,29</b>	<b>804.301.930,93</b>	<b>807.798.128,89</b>	<b>848.011.05,33</b>	<b>832.003.451,41</b>
Renda Tributária	341.064.632,35	344.516.574,89	342.284.389,29	342.521.442,37	352.370.231,21	329.072.297,14
ICMS	496.157.641,75	469.432.033,42	480.967.021,31	486.672.386,80	508.639.399,04	516.094.680,31
IRPF	143.043.201,74	10.354.611,82	37.295.716,47	14.714.042,04	6.215.271,59	7.105.327,05
IRCD	8.003.328,41	4.458.663,69	6.711.059,21	4.793.021,19	7.549.921,19	5.948.457,39
IRRF	31.752.264,29	29.695.014,03	25.464.035,64	31.806.394,42	35.466.394,30	38.315.421,31
Outras Rendas Tributárias	12.129.569,25	11.253.627,17	12.629.522,30	11.379.691,55	14.167.646,62	13.657.939,07
Receita de Contribuições	26.429.033,44	23.991.967,95	23.243.126,18	21.917.649,43	25.619.425,08	23.252.265,62
Receita Patrimonial	7.023.402,50	4.394.637,75	6.216.273,55	5.561.009,12	5.559.755,04	6.174.619,95
Receita Serviços	12.122.542,92	12.102.172,92	12.647.074,00	10.312.941,19	12.426.545,47	12.170.729,65
Transferências (Parcerias)	255.318.735,03	226.057.157,85	178.918.146,03	166.619.055,27	204.743.088,57	261.075.907,35
Cota-Parte no IRF	17.342.631,07	103.469.929,61	59.867.429,04	64.370.211,33	97.998.494,02	77.004.763,51
Transferências da L.R. 67/1996					6.012.916,71	1.504.729,07
Transferências da L.R. 67/1996	8.374.173,43	6.496.174,06	4.274.981,31	3.924.430,73	3.477.156,65	3.474.300,14
Transferências da Fundação CPTM	66.025.400,41	77.651.039,47	57.248.144,80	62.331.600,62	64.499.619,29	61.130.164,34
Outras Transferências Correntes	106.781.704,74	79.810.704,66	23.544.055,74	56.107.554,30	40.682.545,70	55.340.281,47
Outros Recursos Correntes	10.906.142,50	7.752.168,04	5.002.932,09	10.095.006,39	16.616.792,40	11.471.219,45
<b>DEVEDORES ( II )</b>	<b>320.559.602,64</b>	<b>380.692.004,74</b>	<b>286.008.004,74</b>	<b>262.200.000,00</b>	<b>259.723.562,04</b>	<b>240.814.084,24</b>
Transferências Constitucionais e Legais	201.041.000,24	159.822.000,42	143.665.771,05	137.012.000,99	136.465.700,46	129.302.570,14
Contrib. para o Seg. Social Servidor	16.457.007,57	21.984.994,04	20.000.000,50	24.199.929,31	25.761.023,44	25.204.475,73
Contrib. al. Fundos Pessoais Mútuo						
Compensação Financeira das Regiões Federais						
Redução de Receitas para Fornecimento de FUNDEB	707.106.586,82	76.029.267,75	75.017.786,54	75.116.421,73	94.458.744,12	91.342.501,71
<b>RECEITA CORRENTE LIQUIDA ( I - II )</b>	<b>676.309.415,19</b>	<b>671.237.757,75</b>	<b>449.250.745,74</b>	<b>559.468.997,79</b>	<b>674.380.500,27</b>	<b>983.179.917,30</b>

Sobriedade: 9013.

DISCRIMINAÇÃO	JUN/13	AUG/13	SET/13	OCT/13	NOV/13	DEZ/13	SOMA
<b>RECEITAS CORRENTES ( I )</b>	<b>846.039.652,15</b>	<b>808.679.839,69</b>	<b>850.150.094,30</b>	<b>802.650.250,70</b>	<b>894.106.421,51</b>	<b>974.432.997,65</b>	<b>10.496.241.849,55</b>
Renda Tributária	200.196.004,97	287.151.829,13	307.236.079,17	310.185.708,72	310.046.499,46	369.261.673,65	7.183.026.107,14
ICMS	545.490.509,83	538.378.346,95	544.571.261,45	543.366.744,75	543.391.239,01	547.199.005,10	6.180.696.492,41
IRPA	7.631.650,04	5.642.759,67	3.159.397,75	4.465.712,08	7.108.423,22	10.380.714,31	279.119.312,75
ITBI	8.128.129,07	3.008.076,45	5.799.523,26	12.496.987,26	7.084.391,84	12.471.167,00	23.305.904,39
IRRF	32.549.292,20	31.943.190,83	32.319.320,65	31.944.074,65	31.919.493,15	35.579.219,16	127.936.676,30
Outras Rendas Tributárias	14.448.721,67	15.368.000,43	16.411.710,40	17.054.209,36	20.099.000,77	22.655.698,00	164.935.078,71
Receita de Contribuições	22.194.833,45	28.897.721,76	28.722.879,15	29.485.720,35	43.199.931,25	30.514.600,66	1.049.261.756,37
Receita Patrimonial	17.554.159,01	2.023.725,71	3.292.116,62	13.049.584,11	9.350.880,12	12.429.847,25	96.155.576,93
Receita Ambiental	40.040.000,16	20.079.871,95	24.275.664,75	9.401.724,50	16.370.000,22	41.591.881,74	329.008.931,06
Transferências Correntes	194.201.820,39	192.426.261,77	175.055.939,67	191.106.397,40	228.457.530,62	198.499.206,84	2.291.330.255,44
Cota-Parte no IRF	24.036.933,57	21.198.323,72	35.739.844,55	26.267.759,14	62.041.749,45	35.137.997,80	892.914.102,74
Transferências da L.R. 67/1996	1.364.729,65	1.367.729,65	1.364.729,65	1.364.729,65	1.364.729,65	1.364.729,65	16.956.756,37
Transferências da L.R. 67/1996	5.412.593,14	5.795.968,30	5.269.200,66	5.632.172,00	6.048.299,31	6.678.492,01	55.176.701,98
Transferências da FUNDEF/UNIDEE	61.847.366,35	80.046.095,66	85.124.604,21	66.315.725,00	66.673.768,16	75.641.984,51	792.620.970,36
Outras Transferências Correntes	45.592.654,25	43.953.513,65	42.247.879,04	54.214.250,00	42.625.855,61	-1.121.131,77	396.098.598,62
Outros Recursos Correntes	10.981.000,43	10.266.246,16	8.174.121,67	10.111.172,17	16.088.285,74	107.162.727,83	217.075.800,03
<b>DEVEDORES ( II )</b>	<b>360.039.260,62</b>	<b>395.192.780,05</b>	<b>271.069.000,99</b>	<b>193.493.288,79</b>	<b>229.124.191,24</b>	<b>318.201.322,85</b>	<b>3.769.036.950,35</b>
Transferências Constitucionais e Legais	150.490.000,75	147.106.000,17	142.334.400,17	145.305.419,00	147.180.181,00	157.078.236,74	1.746.011.914,00
Contrib. para o Seg. Social Servidor	22.499.902,00	21.116.000,64	26.070.979,54	23.635.919,71	23.616.000,63	42.942.233,71	307.059.559,49
Contrib. al. Fundo de Previdência dos Servidores Municipais	445.455,73	190.456,01	540.466,03	149.893,19	607.252,12	1.016.457,72	5.115.759,45
Compensação Financeira para Fornecimento de FUNDEB	94.281.192,70	94.194.178,23	97.516.140,03	98.320.016,11	102.160.162,44	111.197.248,74	1.179.191.056,24
<b>RECEITA CORRENTE LIQUIDA ( I - II )</b>	<b>584.932.721,21</b>	<b>598.468.136,63</b>	<b>598.443.000,62</b>	<b>620.417.002,06</b>	<b>614.982.246,37</b>	<b>639.230.734,36</b>	<b>9.178.004.659,54</b>

POSSIBILIDADES, observadas as normas e procedimentos abaixo:

## 1. Da Inspeção Médica

1.1 - Do local, data e horário:

**Local:** Fundação Serviços de Saúde do Estado de Mato Grosso do Sul – FUNSAU – Rua: Franklin Roosevelt, 68 – Jardim Aclimação.**Data:** Conforme especificações constantes no anexo único a este Edital.**Horário:** Conforme especificações constantes no anexo único a este Edital.

1.2 - A Inspeção Médica será realizada pela Junta Médica Pré-Admissional da Fundação Serviços de Saúde do Estado de Mato Grosso do Sul.

1.3 - Os candidatos, munidos da Carteira de Identidade e usando trajes de banho, maio de duas peças para as mulheres e sunga para homens, deverão apresentar-se com os originais das seguintes exames:

- 1) Relô-X da COLUNA LOMBO-SACRA, com laudo;
- 2) Relô-X da Coluna Cervical, com laudo;
- 3) Avaliação oftalmológica de acuidade visual (com laudo de especialista);
- 4) Hemograma completo;
- 5) Glicemias (jejum);
- 6) Tipagem Sanguínea;
- 7) YCO e TGP;
- 8) Machado Guerreiro;
- 9) Ultrassom de ombro e punho bilateral, com laudo;
- 10) Avaliação de saúde mental emitida por Psiquiatra;
- 11) VDR (sorologias para Lues);
- 12) Esquerimetro Vaginal Completo;
- 13) Creatinina;
- 14) Colesterol total e frações;
- 15) Triglicerídeos;
- 16) Exame toxicológico para dosagem de canabinóides (maconha) e de benzodiazepínicos (cocaina);
- 17) Eletrocardiograma com laudo (para candidatos com idade igual ou superior a 45 anos).

1.4 - Não serão aceitos exames realizados há mais de 30 (trinta) dias e se houver necessidade, novos exames serão requisitados no ato da Inspeção médica.

## SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato do Convênio SAD/MS n. 7/2014  
Processo n.: 13/001.414.2013.

Partes: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul por meio da Secretaria de Estado de Administração e a MEF - Ministério da Fazenda.

Objeto: Averbá consignações na remuneração dos Servidores públicos do Estado de Mato Grosso do Sul.

Prazo: 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de sua assinatura do presente termo.

Data da Assinatura: 16/2/2014.

Assinaturas: Thie Higuchi Viegas dos Santos, Guacir De Llano Bueno e Paulo Benhur de Oliveira Costa.

## Extrato de Termo Administrativo de Permissão de Uso de Bem Imóvel

Processo n.: 13/000091/2014.

Partes: Estado de Mato Grosso do Sul e a Associação dos Colaboradores do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul - ASC/HRMS.

Objeto: Permissão de Uso de 01 (uma) sala nas dependências do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul - Rosa Pedrossian, para a Associação dos Colaboradores do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul - ASC/HRMS.

Amparo Legal: Lei Estadual n. 273, de 19 de outubro de 1981, e Lei Federal n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883, 08 de junho de 1994.

Vigência: Prazo indeterminado.

Foro: Comarca de Campo Grande - MS.

Data da assinatura: 26 de fevereiro de 2014.

Assinaturas: Thie Higuchi Viegas dos Santos e Joaere Barroso Pires.

## EDITAL n. 3/2014 - SAD/AGEHAB

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS - SAD/AGEHAB/2013, PARA INGRESSO NO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DA AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE MATO GROSSO DO SUL/SAD/AGEHAB

A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, torna pública a convocação dos candidatos relacionados no Anexo Único a este Edital, nomeados através dos Decretos "P" n. 663 de 20 de fevereiro de 2014, publicado no Diário Oficial n. 8.624, de 25 de fevereiro de 2014, para INSPEÇÃO MÉDICA E